

## Relações de gênero, memória e identidades no Brasil do século XX\*

*Zélia Lopes da Silva* \*\*

**Resumo.** Este texto discute as relações de gênero tomando como objeto de reflexão as homenagens às mulheres da cidade de Assis (município localizado no centro-oeste do Estado de São Paulo), entre os anos de 1959 e 1994, expressas nos monumentos, nas placas das ruas, nas praças, nas escolas, biblioteca, centro cultural, entre outros locais. Esses tributos são justificados por suas ações em prol da coletividade, como advogada, política, jornalista, professoras ou cidadãs comuns que ao ultrapassarem os limites do universo pessoal, conquistaram o direito e o reconhecimento de representantes da sociedade (investidos de poder público), de terem os seus nomes inscritos nos espaços públicos da cidade. Porém, esse reconhecimento da contribuição das mulheres na construção dessa urbe não se projeta com a mesma rapidez que desponta com os homens que passam a compor a galeria dos “homens-memória”, constatação que leva às seguintes indagações: se as nomeações dos espaços públicos estiveram por longas décadas pautadas por questões de gênero, o que mudou no final dos anos 1950 para essa redefinição? Qual a significação dessas homenagens? O que representaram e quem eram essas mulheres na sociedade assisense?

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Memória de mulheres; Mulheres nos espaços públicos.

## Gender relationships, memory and identity in 20th century Brazil

**Abstract.** Gender relationships focusing on homages to the women of Assis (a town in the center-western region of the state of São Paulo, Brazil) between 1959 and 1994, are discussed. Homages, expressed in monuments, street names, city squares, schools, libraries, Cultural Centers and other places, are based on the activities of women who benefitted the community. They feature lawyers, politicians, journalists, teachers and common citizens that exceeded their personal limitations and conquered a place acknowledged by society (politically invested) so that their names may be inscribed in the city's public places. However, acknowledgement of female contributions in the construction of the city is not projected at the same pace or speed as that of males who compose the gallery of

---

\* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

\*\* Livre docente em História do Brasil. Professora aposentada da Unesp/Assis/SP, Brasil. E-mail: zelia.lopes@terra.com.br

‘remembered men’. This fact brings forth the following questions: If the naming of public places were for decades based on gender, what had changed by the end of the 1950s for such a redefinition? What is the true meaning of such homages? Who are these women and what do they represent?

**Keywords:** Gender relationships; Female memories; Women in public spaces.

## Relaciones de Género, memoria e identidades en el Brasil del siglo XX

**Resumen.** Este texto pretende discutir las relaciones de género, tomando como objeto de reflexión los homenajes a las mujeres de la ciudad de Assis (ubicada en el centro-oeste del Estado de San Pablo), entre 1959 y 1994, expresadas en monumentos, nombres de calles, plazas, escuelas, Biblioteca y Centro Cultural, entre otros. Estos tributos son justificados por las acciones de dichas mujeres a favor de la comunidad (como abogada, política, periodista, profesoras o como ciudadanas comunes), que superaron los límites del universo personal, conquistando el derecho y el reconocimiento de representantes de la sociedad (investidos de poder público) de tener sus nombres inscriptos en los espacios públicos de la ciudad. Sin embargo, este reconocimiento no se proyecta con la misma rapidez que con los hombres que integran la galería de los “hombres memoria”, lo que lleva a las siguientes indagaciones: si el nombramiento de espacios públicos, durante largas décadas, estuvo pautado por cuestiones de género, ¿qué fue lo que cambió a fines de los años 50?; ¿cuál es el significado de tales homenajes?; ¿qué representaban y quiénes eran esas mujeres en la sociedad de Assis?

**Palabras Clave:** Relaciones de género; Memoria de mujeres; Mujeres en los espacios públicos.

---

## Introdução<sup>1</sup>

Este texto mapeia a presença feminina nas ruas, praças, escolas, biblioteca pública, centro cultural, entre outros espaços da cidade de Assis<sup>2</sup> e

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado no XII Congresso Internacional da Brasa em agosto de 2014 na King's College London, com financiamento da Fapesp.

<sup>2</sup> Assis é um município do Estado de São Paulo que atualmente registra 95.144 hab. e área total de 460, 307 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2013. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=350400>). Acessado: 19 set. 2013).

analisa a produção de sentido dos monumentos gerados em sua homenagem no final da década de 1950 e seguintes, do século XX. Essas reflexões apoiam-se nos processos da Câmara Municipal de Assis (CMA),<sup>3</sup> nas notícias veiculadas nos jornais locais, nos escritos de memorialistas, nos mapas da cidade e nas estatísticas oficiais sobre sua população.

Antes de avançar na discussão do tema, algumas informações sobre o perfil dessa cidade ao longo de sua trajetória são necessárias, considerando que o povoado de Assis,<sup>4</sup> ao surgir em 1905 praticamente junto com a República (1889), segue em seus parâmetros o formato e os protocolos legais desse regime político, assumindo um perfil mais definido posteriormente. Em 1917, ao transformar-se em cidade, passa a ter o seu Código de Postura (como qualquer outra cidade brasileira), para o rearranjo dos equipamentos urbanos, o que significa que o ato de nomear os logradouros públicos, com suas regras próprias, certamente deve atentar para esses postulados.

Essas formulações iniciais sugerem algumas perguntas: Que tipo de lógica e de projetos presidiu os atos de nomear os seus espaços públicos e quais normas foram seguidas ao longo do século XX? Qual a significação das homenagens às mulheres no âmbito da cidade de Assis, se comparada às nomeações de suas ruas e demais espaços públicos ao longo do percurso de sua fundação à atualidade?

A análise inicial da documentação sinaliza que o registro nos processos da Câmara Municipal de Assis (CMA) das homenagens às mulheres que habitam a cidade é bastante limitado.<sup>5</sup> Isto indica que os sentidos e o percurso desses

---

<sup>3</sup> Essa documentação está guardada no Centro de Documentação de Apoio à Pesquisa (Cedap), da Unesp, campus de Assis, fruto de Convênio com a Unesp.

<sup>4</sup> É instituída nos parâmetros da República considerando-se que o povoado surge em 1905 e a cidade, oficialmente, em 20 de dezembro de 1917. Liga-se, em sua origem, à Estrada de Ferro Sorocabana. As principais vias das primeiras décadas de sua fundação margeiam a linha do trem. Esse traçado inicial define o seu perfil posterior. Sobre a cidade, consultar: Tanno (2003) e David, 2009.

<sup>5</sup> Certamente, essas indicações não contemplam todos os espaços públicos da cidade dedicados

tributos articulam-se às relações de gênero que se expressam na cartografia da cidade que tardiamente incorpora na nomeação de seu traçado, os nomes de algumas mulheres para marcar sua trajetória. As explicações vão além dos protagonistas locais e resultam da forma como as mulheres, enquanto sujeitos constituintes da história e da memória do país, são inseridas em seu percurso. Ao integrarem os contingentes dos excluídos e das minorias, elas ficaram por vários séculos ausentes dos registros historiográficos e das “memórias oficiais”, como bem observou Michelle Perrot em suas pesquisas.<sup>6</sup> Porém, isso não significa o apagamento de suas trajetórias, as quais compõem o que Michel Pollak (1989) denomina de “memórias subterrâneas” que prosseguem o seu trabalho de subversão no silêncio, de maneira quase imperceptível, e afloram nos momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.<sup>7</sup> É o que ocorreu no exterior e no país no final da década de 1950 e seguintes, com as mobilizações das mulheres que lutam, de forma radicalizada, por seus direitos, entre os quais se incluem maior participação política e redefinição dos papéis sociais a elas atribuídos. Esse é o contexto de sua aparição nos registros das ruas, nos monumentos e na historiografia. Portanto, não se trata de situação peculiar à cidade de Assis considerando que Bruno Sanches Mariante da Silva (2013),<sup>8</sup> ao analisar a cartografia da cidade de Londrina/PR, identifica distinções de gênero nas

---

às mulheres, considerando que existem escolas estaduais com nomes de mulheres, a exemplo da E.E Dona Carolina Francini Burali.

<sup>6</sup> A esse respeito, a obra de Michelle Perrot (2005) traz significativas reflexões sobre as questões que envolvem a ausência das mulheres na narrativa historiográfica, explicada pela autora como a construção de um silêncio que é parte de uma sedimentação seletiva decorrente das desigualdades dos sexos.

<sup>7</sup> Pollak (1989), ao discutir essas percepções distintas entre memória oficial e memória subterrânea, aponta que a memória entra em disputa nos momentos de crise que permitem desvelar as diferenças, mágoas, rancores que estavam represados por longo tempo. Há, nesses momentos, a insubordinação em relação às versões que somente valorizam a visão homogênea de grupos e eventos que se consagram como versão oficial.

<sup>8</sup> As cidades novas do país a exemplo de Londrina, no Paraná, tardiamente homenageiam as mulheres que também foram pioneiras, junto com seus maridos, na construção da cidade na década de 1930. É o que informa Bruno Sanches Silva (2013) em sua dissertação de mestrado ao discutir as relações de gênero inscritas nas ruas, praças e monumentos da cidade.

nomeações dos diversos espaços públicos, mesmo atentando que se trata de uma cidade de origem recente.

Essas evidências e desigualdades de tratamento entre homens e mulheres na identificação dos espaços públicos nas décadas de 1950 e 1960 confirmam que as divisões entre os sexos expressam valores que demarcam papel e *status* desigual, a homens e mulheres que traduzem partilhas de poder também desiguais na sociedade brasileira. No caso em análise, essas diferenças clássicas de gênero que atribuem ao homem o espaço público e à mulher a esfera privada (RAGO, 1985) se materializam na cidade de Assis no tardio reconhecimento das contribuições das mulheres em sua trajetória, mesmo em áreas sabidamente de seu domínio como a educação.

Essas questões remetem ao próprio conceito de gênero que, embora tenha sua historicidade, não faz parte do debate teórico das décadas de 1950 e 1960, o que não impede o seu uso para análise do assunto. Esse conceito, por exemplo, passa a ser discutido no Brasil apenas em 1990, em famoso artigo de Joan Scott (1995, p. 86)<sup>9</sup> que repassa o debate a esse respeito. No texto, Scott formula sua definição de gênero que se expressa com base em duas proposições: A primeira delas define gênero como um elemento “constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” e a segunda, define “gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86). A autora esmiúça esse conceito, baseada em quatro elementos inter-relacionados que envolvem os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos (que trazem interpretações dos significados dos símbolos que tentam limitar e conter

---

<sup>9</sup> Joan Scott, no texto citado, esclarece que a preocupação teórica com o gênero, como categoria analítica, somente emerge no final do século XX. Mas, a autora esclarece que as principais abordagens de teorias sociais, do século XVIII até o XX, formularam sua lógica incorporando a divisão entre o masculino e o feminino; outras reconheceram a “questão feminina” ou, ainda, se preocuparam com a “formulação de uma identidade sexual subjetiva” (SCOTT, 1995, p. 85).

suas possibilidades metafóricas), as relações binárias de gênero e a identidade subjetiva.

Essa conceituação de gênero de Scott, embora tenha marcado as discussões e se tornado questão obrigatória nos diversos fóruns acadêmicos no Brasil, em 2007 foi arguida por Joana Pedro e Rachel Soiet (2007), que dizem ser tal conceito tributário de dimensão biológica, ao considerar que sua estruturação apoia-se na divisão dos indivíduos pelo sexo. Afirmam as autoras que essa conceituação não assumiu o mesmo sentido nas ciências sociais, que “tomou outra conotação e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos” (PEDRO; SOIET, 2007, p. 288). Essa querela somente avançou e com ela as distinções dos papéis sociais, entre homens e mulheres, com o movimento feminista dos anos 1960<sup>10</sup> e seguintes, que coloca em xeque alguns dos postulados ainda vigentes que impedir a realização das mulheres em diferentes campos — na educação, no trabalho, na política, nas relações afetivas —, e de partilhar em seu cotidiano situações mais igualitárias com os homens.

Na análise de nosso tema, essas diferenciações entre homens e mulheres se articulam ao reconhecimento de papéis sociais distintos assumidos pela coletividade assisense que ainda subordina a mulher a uma posição de

---

<sup>10</sup> Isso não significa desconhecer as lutas anteriores travadas pelo movimento de mulheres ao longo das décadas de 1920 e seguintes do século XX, em torno de bandeiras como: o direito ao estudo e ao exercício da profissão, os direitos políticos, inclusive de votar e ser votada e os sociais, conforme analisam várias autoras, entre as quais Margareth Rago (1985) e June Hahner (2003). Hahner, por exemplo, discute a trajetória de luta das mulheres brasileiras desde 1850, buscando compreender com base em suas demandas jurídicas, ainda no século XIX, para conseguir estudar, além de questões pertinentes ao grupo que permitem a sua agregação. Prossegue em suas reflexões ao longo do século XX, não só identificando as principais protagonistas, mas, sobretudo as estratégias usadas para divulgação de suas reivindicações, entre as quais a criação de organizações ao longo desse percurso, a realização de eventos diversos e imprensa própria que visam agregar as mulheres e ampliar sua voz junto às mulheres e à sociedade. Enfim, recupera também os vários posicionamentos em relação a outros temas como a sexualidade feminina, o direito à maternidade ou a sua recusa etc. discutidas por essas líderes, de 1850 a 1940, portanto 90 anos de seus percursos de lutas em torno de causas comuns em busca da garantia de seus interesses.

confinamento à esfera privada e de submissão ao homem, conforme os Códigos Civil e Penal em vigência no período. Contudo, as discussões ao longo desses anos certamente trouxeram diferenciações nas ações dos políticos locais em relação ao reconhecimento do papel da mulher assisense na trajetória da cidade e isso se torna visível nas homenagens promovidas, a cada década, às diferentes protagonistas, fazendo dessas mulheres símbolos e referências para a comunidade assisense, tais como: nomeação de ruas, biblioteca pública, centro cultural, edifício do Paço Municipal e nome de bairros (vila Maria Izabel, vila Claudia, vila Irmã Catarina, entre outros).<sup>11</sup> Nessas indicações, as recorrências são os nomes de ruas, seguidos de escolas e praças, como apontado a seguir.

### **A cidade e seus moradores entre os anos de 1959 e 1994**

Qual a trajetória da mulher assisense nesse longo processo de construção da cidade? Quais estratégias foram definidas para nomeação de suas ruas e como se estabelece a produção de sentido nessa trajetória de definição de seus equipamentos urbanos?

A análise da documentação permite afirmar que as primeiras ruas de Assis tinham nomes genéricos como avenida da Estação, rua da Saudade ou nomes cujas referências são distantes como as homenagens a algumas nações indígenas ou a países. Essas estratégias foram alteradas para os bairros novos que recebem provisoriamente números ou letras. Mas, na década de 1920 e seguintes, do século passado, essas vias começam a compor o panteão dos fundadores da República ao serem designadas por seus nomes, a exemplo de Rui Barbosa (1924),<sup>12</sup> Quintino Bocaiuva (1941),<sup>13</sup> Benjamin Constant,<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Existem também bairros com nomes de santas, a exemplo de vila Santa Cecília, vila Santa Rita, jardim Santa Amélia.

<sup>12</sup> **Avenida Rui Barbosa.** A via recebeu seu nome no dia de sua morte: 1º de março de 1923. Até então, o logradouro carregava o nome de rua da Estação, por ali se encontrar a antiga Estação Ferroviária Sorocabana. Rui Barbosa nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de novembro de 1849. Filho do médico, político e educador João José Barbosa de Oliveira e de dona Maria Adélia.

Marechal Deodoro da Fonseca,<sup>15</sup> Floriano Peixoto<sup>16</sup> e, também, os “radicais” dos séculos XIX e XX, de ambos os sexos, que defenderam a República, tais

---

Iniciou em 1865 o curso jurídico em Recife e, conforme tradição da época, transferiu-se em 1868 para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1870. Em seguida, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da escravidão. Durante a República, no governo provisório de Deodoro, assumiu o Ministério da Fazenda e recorreu à emissão de moeda, medida inflacionária, para financiar o crescimento econômico, além de ajudar a redigir a nova Constituição, de 1891. Em 1895, ocupou uma cadeira no Senado pela Bahia, onde permaneceu até sua morte. Candidatou-se à presidência da república em 1910, porém, foi derrotado. Em 1913, fundou o Partido Liberal e concorreu outra vez à presidência em 1919, obtendo nova derrota. Em 1921, foi eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, como o mais votado. Embora pessoalmente não se considerasse um escritor, foi fundador da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, no dia 1º de março de 1923, deixando uma obra vasta, que incluem escritos e discursos sobre todas as questões da época (RUI BARBOSA, 150 ANOS. <http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/> acessado em: 26 nov 2009); SILVA, 1978).

<sup>13</sup> **Rua Quintino Bocaiúva.** O primeiro registro da rua consta de 1941. Quintino Bocaiúva nasceu em 1836 na cidade do Rio de Janeiro, tendo falecido em 1912 na mesma cidade. Desde cedo dedicou-se às letras e ao jornalismo. Um dos principais integrantes da campanha republicana, foi o primeiro ministro das Relações Exteriores no novo regime. Em 1889, foi eleito chefe do Partido Republicano e, em 1891, elegeu-se senador pelo Estado do Rio de Janeiro para a Constituinte Federal, contudo, renuncia ao mandato. No ano seguinte, foi novamente eleito para o Senado, onde permaneceu até o ano de 1900, quando também renunciou para assumir a governadoria do Estado. Exerceu a presidência do Estado de 31 de dezembro de 1900 até 1903. Durante seu governo foi promulgada a Lei nº 542, de 4 de agosto de 1902, que determinou a volta da capital para Niterói. Foi novamente conduzido ao Senado em 1909, falecendo em 1912, no cargo de vice-presidente do Senado. Quintino Bocaiúva, mais do que isso, era considerado um símbolo de representação da esfera civil na conjuntura predominantemente de domínio militar do partido naquele momento. Segundo José Murilo de Carvalho (1990), ele representava a propaganda republicana, sendo considerado de importância significativa na intermediação entre as esferas civil e militar.

<sup>14</sup> Benjamin Constant faz parte do núcleo de republicanos que conspiram contra a Monarquia. Positivista e republicano radical, Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em Niterói em 1836 e foi o proponente de um poder neutro no regime constitucional – o poder moderador. Após o pai suicidar-se e a mãe ter ficado louca, entrou para a Escola Militar, junto com outros tantos pobres, formando-se engenheiro, mas seguindo carreira no magistério, como professor de matemática e ciências físicas, doutorando-se em 1860. Lutou na Guerra do Paraguai, onde contraiu malária. Voltou ao Rio de Janeiro em 1867, onde atuou no serviço público e seguiu sua carreira como professor na Escola Militar, divulgando os ideais positivistas e cunhando o lema “ordem e progresso” na bandeira nacional após a Proclamação da República. Constant nunca foi nomeado ao cargo de professor catedrático na Escola Militar, razão que causou forte insatisfação na sua carreira de professor. Após a instauração da República, ocupou diversos cargos públicos e coordenou reformas no ensino brasileiro, dotando-o de uma formação científica e não mais humanista e religiosa (VAINFAS, 2002, p. 86-88; CARVALHO, 1990).

<sup>15</sup> Militar de carreira, foi o primeiro presidente republicano e responsável pela derrubada do regime Imperial por discordar dos rumos tomados pela política dos últimos Gabinetes do Império que paulatinamente vinham esvaziando o papel das forças armadas que se sentiam afrontadas por serem desconsiderados os esforços feitos pela Corporação durante a Guerra do Paraguai (COSTA, 1999).



como: Anita Garibaldi (heroína da Farroupilha),<sup>17</sup> Lopes Trovão,<sup>18</sup> ou intelectual de perfil aguerrido e nacionalista, como Monteiro Lobato que desfraldou a bandeira de “o petróleo é nosso”, todos eles indicados para nome de ruas do bairro vila Santa Rita, na região Norte da cidade.

Os intelectuais brasileiros, de projeção, que igualmente se preocuparam em suas reflexões em plasmar os paradigmas da identidade do país,

---

<sup>16</sup> Fez parte do movimento de destituição do regime imperial e sucedeu Deodoro na presidência da República. Governou o país com “mãos de ferro” debelando levantes de disputas pelo poder (de feição republicana no Rio Grande do Sul) ou rebelião a favor da Monarquia (CARVALHO, 1990).

<sup>17</sup> Anita Garibaldi ([1821]-1849), nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro, não aparece nessa documentação. Porém, o mapa de Assis indica o seu nome para uma de suas ruas. A heroína da Farroupilha era catarinense e antes de seu envolvimento na luta, juntamente com os outros rebeldes, era uma dona de casa que se engajou como ativista das frentes de combate da Farroupilha, embate armado da província do Rio Grande do Sul, do século XIX que se estendeu a Santa Catarina e cercanias. Era filha de Maria Antônia de Jesus Antunes e Bento Ribeiro da Silva. Casou-se em Laguna no ano de 1835 com Manuel Duarte de Aguiar. Quando os rebeldes da Revolução Farroupilha chegaram à região onde morava, deixou o seu marido e ligou-se a Giuseppe Garibaldi, um dos integrantes do movimento. Dizem os pesquisadores da Farroupilha que a participação de Anita não consta da memória da guerra por muitos anos e sua biografia (bem como a de Giuseppe Garibaldi) é definida no século XX, com a chegada dos imigrantes italianos ao sul do país, por motivos outros relacionados à adaptação dos imigrantes na região. Por muito tempo, portanto, o seu nome ficou ausente da memória histórica da Farroupilha (SOUTO, 2014). Independente das questões apontadas, certamente essa homenagem relaciona-se ao fato de os rebeldes defenderem a República, o que provavelmente motivou a indicação, considerando que uma parte significativa dos homenageados nas ruas de Assis são homens que se projetaram durante o período republicano.

<sup>18</sup> **Rua Lopes Trovão.** Localizada no bairro Jardim Paraná. O protagonista era médico, jornalista e político brasileiro, José Lopes da Silva Trovão, mais conhecido como Lopes Trovão, filho de José Maria dos Reis Lopes Trovão, consul português, e Maria Jacinta Lopes Trovão, nasceu em Angra dos Reis/RJ em 23 de maio de 1848. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro (1875), ainda na universidade foi fervoroso propagandista republicano, tendo sido um dos principais signatários do manifesto de 1870 (ALMEIDA, 1967). Fundou o “Clube Lopes Trovão” que agregou os jacobinos defensores do regime republicano no qual atuou incessantemente com os seus correligionários. No novo Regime, que ajudara a instituir por meio de sua atuação política incessante (com escritos e em suas pregações propagandísticas pelo Brasil afora), Lopes Trovão atuou em cargos políticos. Foi diplomata, deputado Constituinte para os mandatos entre 1891 e 1895 e senador da República entre 1895 e 1902, quando perdeu o lugar para Lauro Sodré. Posteriormente, recebeu de Rodrigues Alves o cargo de oficial do Registro de Hipotecas do Distrito Federal. Em 1910, voltou à praça pública na campanha de Hermes da Fonseca. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de julho de 1925, aos 77 anos (Informações retiradas do site oficial do Senado da República do Brasil: <http://www.senado.gov.br>, José Murilo de Carvalho (1990) analisa em sua obra o papel de Lopes Trovão como agitador político em defesa dos ideais republicanos. Nesse sentido, projeta-se entre os militantes por seus comícios nas praças do Rio de Janeiro e em outras províncias pregando a causa republicana e criticando os desmandos da política monárquica.

independente do regime político, estão presentes em suas ruas como o poeta Gonçalves Dias, intelectual do século XIX, e escritores como Monteiro Lobato, já citado anteriormente, e o músico Carlos Gomes, que tiveram atuação marcante nas décadas de 1920, 1930 e 1940 dos noventa.

Esse sentido memorialístico, evidencia-se em ruas que, em vez de nomes de heróis ou autoridades de projeção pública, celebram datas consideradas referências para o país, a exemplo de 7 de setembro, que marca a independência do Brasil do domínio de Portugal; 15 de novembro, que relembra a proclamação da República. Ou, ainda, a emblemática data de 9 de julho que referencia a sedição paulista de 1932 contra o governo federal de Getúlio Vargas.<sup>19</sup>

À medida que a cidade cresce e busca demarcar sua identidade, os seus construtores, homens e mulheres, que estiveram forjando cotidianamente o seu perfil, ganham visibilidade. As homenagens deslocam-se dos protagonistas gerais do país — do período imperial, a exemplo de dom Pedro II, regente Feijó e José Bonifácio e do republicano, já mencionados anteriormente — àqueles que estiveram em seu dia a dia e se projetaram nesse processo, que vão do bispo dom Antonio, ao primeiro juiz do ato fundador, Dr. Vasco Smith de Vasconcellos; aos primeiros prefeitos Sebastião da Silva Leite, Dr. Lycurgo de Castro Santos (que esteve à frente da prefeitura nos anos de 1929/1930 e 1940/1945), José Nogueira Marmontel, entre outros, às professoras que ensinaram as primeiras letras aos seus moradores. Esse processo memorial avança ao longo dos anos à medida que a cidade cresce.

Mas, somente no final da década de 1950 tornam-se visíveis as homenagens a algumas mulheres quando o município já se avizinhava a 43.198 habitantes, conforme censo demográfico do IBGE, para a década de 1960 (aferido no quadro 1), sendo praticamente um terço desses sujeitos, moradores do campo.

---

<sup>19</sup> Cabe salientar que a cidade teve papel de destaque no movimento de 1932, sendo considerada estratégica do ponto de vista militar, pelos dois lados da contenda.

Quadro 1 – População do município de Assis – 1950/1980.

Década	População urbana da cidade de Assis	População rural da cidade de Assis	Total geral da população
1950	18.127	14.832	32.959
1960	30.488	12.710	43.198
1970	48.578	9.700	58.278
1980	62.377	6.288	68.605

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (In: DAVID, 2009).

No final dessa década, as homenagens às mulheres aparecem nos primeiros registros e ampliam-se, mesmo que moderadamente, na década seguinte. Porém, considerando a população urbana da cidade nas décadas estudadas, a dimensão da presença feminina em seus espaços públicos em relação aos homens ainda é bastante diminuta. Não está em questão, entretanto, a relevância e o *status* dos bairros, ruas, escolas, praças, avenida e outros monumentos nos quais esses obeliscos de memória se localizam, pois o que interessa realçar é a sua significação para os moradores da cidade.

Independente da significação negativa ou positiva atribuída a esses locais, tais distinções embora traduzam relações de gênero, também indicam o reconhecimento e o papel ocupado pelas mulheres na construção da cidade.

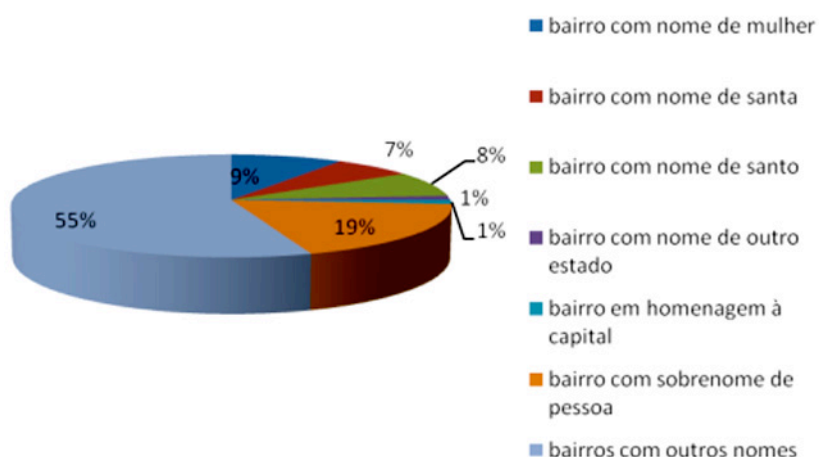
Assim, os logradouros que recebem essas novas denominações são áreas novas, antes nomeadas com números ou letras, ou ruas anteriormente nomeadas com nomes genéricos, como “rua da Saudade”, que ainda não estavam designadas nos padrões gerais da cidade. Mas, também ruas com nomes indígenas receberam outras denominações, a exemplo da rua Tupinambá,<sup>20</sup> localizada entre a vila Xavier e vila Ribeiro, que passa a se denominar rua D. Senhorinha de Souza. Há, ainda, aqueles espaços que foram ressignificados tais como: a biblioteca municipal, o paço municipal e o museu, locais que recebem novas denominações que serão discutidas posteriormente.

---

<sup>20</sup> A homenagem anterior era o reconhecimento de que essas terras eram habitadas por comunidades indígenas que foram expulsas de seus espaços. Essa luta foi travada até 1912, quando um grupo de *kaigangs*, para evitar o extermínio de todo o grupo, aceita a proposta de ficar confinado na “reserva Índia Vanuíre”, próxima a Tupã/SP.

Antes de prosseguir, convém esclarecer que a cidade denomina os seus bairros com os nomes de “vila”, “jardim”, “parques”, embora também apareçam bairros com sobrenome de pessoas. No interior dos bairros, as diferenciações e especificidades estão presentes. No gráfico<sup>1</sup>, a seguir, estão sistematizadas essas informações colhidas no mapa da cidade que define o perfil de sua cartografia.

Gráfico 1 – Bairros: cartografia da cidade – 2014



Foi no âmbito dessa cartografia que as mulheres passaram a compor o desenho da cidade, ao aparecerem localizando os logradouros urbanos que vão dos bairros às praças e escolas. O gráfico citado expõe que apenas 9% deles têm nome de mulher, o que reafirma a trajetória da cidade que se estrutura pela diferença desigual de gênero.<sup>21</sup>

Na consulta aos processos da CMA, embora sejam mencionadas vilas com nome feminino, a exemplo de vila Maria Izabel, vila Claudia e vila Irmã Catarina, não há informações sobre essas pessoas. As nomenclaturas aparecem

<sup>21</sup> Se juntar essa estatística às homenagens às santas, chega-se a 16%, o que continua insignificante em relação ao total dos bairros que recebem outros nomes. Isso traduz o precário reconhecimento do papel da mulher em sua construção e nos seus destinos.

no Projeto de Lei nº 51/84 que autoriza doação de terreno para o governo do Estado, destinado à construção de escola na vila Maria Izabel, e também no Projeto de Lei nº 23/80, que atribui à rua 3 na vila Cláudia a denominação de rua Alcebiades José Nogueira e, por último, no Projeto de Lei nº 10/87, que atribui a rua 2 localizada na vila Irmã Catarina, a denominação de rua José Rossini. Mas, não foi localizado registro de processos nomeando os bairros com o nome dessas protagonistas e o que fizeram para merecer tal homenagem. Outro aspecto, que o gráfico não permite visualizar, é a espacialidade horizontal das homenagens, localizando-se essas indicações nos bairros novos considerando que os mais antigos,<sup>22</sup> (a exemplo do centro, vila Santa Cecília e vila Boa Vista) não têm essas designações.

Os trâmites que percorrem tais processos serão discutidos no próximo tópico, os quais desvelam elementos significativos que permitem aferir as múltiplas significações presentes nas justificativas que são acionadas na ação memorial.

## **O percurso memorial e as relações de gênero**

O ato de nomear esses espaços públicos, como já discutido anteriormente, traz a marca e as sinuosidades das conjunturas e do crescimento das cidades, bem como da inserção de seus habitantes em seu cotidiano. Nesse processo, as mulheres, embora integradas no seu dia a dia, vivenciando os seus problemas e suas práticas culturais e festivas, não se projetam com a mesma

---

<sup>22</sup> Assim, além dos bairros mais antigos já citados (Centro, Vila Santa Cecília, Vila Boa Vista), os santos católicos projetam-se nesse processo. Aparecem as vilas Santa Rita, jardim Santa Amélia, vila São Benedito, São Francisco, São Nicolau, em igual número que as santas mulheres. Os bairros também homenageiam os Estados fronteiriços como o Paraná (jardim Paraná), ou cidades a exemplo de São Paulo, capital, que se faz presente na vila Maria Izabel (rua Santo Amaro, rua Ipiranga, rua da Penha, rua Santa Ifigênia, rua da Matriz, rua Líbero Badaró) e também países, como Portugal (com duas ruas – rua Portugal e rua Pedro Álvares Cabral). No bairro jardim Santa Amélia, as ruas são nomes de flores: rua dos Lírios, rua das Violetas, rua dos Jasmins, rua das Camélias, rua dos Cravos, rua das Rosas.

rapidez e abrangência que os homens, que passam a integrar a galeria de homens-memória (NORA, 1993),<sup>23</sup> na condição de fundadores e construtores dessa trajetória.

As explicações para as mulheres assisenses ficarem ausentes desse reconhecimento por tanto tempo inscrevem-se em questões mais amplas, analisadas anteriormente, considerando que os argumentos usados no final da década de 1950 para alterar essa situação, poderiam ser formulados em períodos anteriores, por não ferir nenhum código moral ou ético.

Ao serem alçadas à condição de mulheres-memória, integrando o panteão local de construção da memória da cidade, elas tornam-se referência aos demais habitantes. Esse processo tem início, pelos registros localizados na documentação da Câmara Municipal, em 25 de agosto de 1959, com a indicação da rua D. Senhorinha de Souza e pode ser indicativo de certa compreensão sobre a inserção mais efetiva das mulheres assisenses na esfera pública, em diferenciados níveis, sejam como educadoras, advogadas, vereadoras (eleitas e não indicadas), para compor o poder municipal<sup>24</sup> ou como cidadãs, integrantes da sociedade local que plasmam os destinos da cidade e de seus habitantes.

Certamente, esse reconhecimento não é um ato isolado. A década de 1950 do século passado é marcada por maior inserção da mulher brasileira na esfera pública, que compreende desde a ampliação de sua presença no mercado de trabalho, na política, na vida cultural, até sua inserção cada vez mais acentuada nas universidades do país, o que significa a amplitude das opções das carreiras a que passou a ter acesso e, consequentemente, maior inserção social.

---

<sup>23</sup> Este conceito foi usado por Pierre Nora para caracterizar aqueles que, homens ou mulheres, assumem as funções de encarnar valores que devem servir de referências aos demais habitantes da comunidade ou de um país.

<sup>24</sup> Porém, antes dessa data, a cidade já contou com a presença de uma vereadora, embora a escolha tenha sido com base em arranjos políticos, como nos informa Janete Leiko Tanno em sua tese de doutorado (2003).

Essas alterações permitem a continuidade de reversão do modelo que a aprisionava ao lar, como observa Carla Bassanezi Pinsky<sup>25</sup> (2012) e a reafirmação de outras possibilidades profissionais em diferenciados níveis, o que viabiliza o acesso cada vez mais a áreas novas do conhecimento, diferente daquelas consideradas extensão do lar como professora, enfermeira, entre outras. No final da década de 1950 e início de 1960, essas novas perspectivas acenadas às mulheres também chegam às cidades do interior, como Assis, considerando que uma das homenageadas exerce profissão de advogada, carreira valorizadíssima na sociedade brasileira e, majoritariamente desempenhada por homens, mas que, desde o início do século passado, era cobçada por mulheres, sempre esbarrando em muitos obstáculos (HAHNER, 2003; DAVID, 2014).

Mas, quem são essas mulheres, epígrafes das homenagens? As primeiras informações expressas no resumo dos processos indicam que elas são professoras, parteiras, advogadas, psicólogas, religiosas, funcionárias públicas, jornalistas e donas de casa. Esse reconhecimento não se subordinava à inserção profissional considerando que os atributos eram a “contribuição ao progresso da cidade” ou a sua disposição para apoiar os projetos em benefício da coletividade. Esses eram aspectos relevantes para que essas mulheres encarnassem a condição de paradigma a ser seguido pelos moradores da cidade, o que é possível capturar pelo perfil traçado das homenageadas no início do processo de sua indicação. Isso significa dizer que há um padrão geral de descrição das homenageadas, regra nem sempre seguida, pois algumas delas são

---

<sup>25</sup> A produção historiográfica assinala o percurso difícil para essa mudança, notadamente Carla Bassanezi Pinsky, que trata das representações sobre o feminino e as modificações ocorridas até a metade do século XX. A autora descreve o esforço despendido para “enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos dessa mulher, a “mulher ideal” do novo século” (PINSKY, 2012, p.472).

descritas com parecer amplo sobre as suas características pessoais e os feitos que as singularizam. Mas, nas justificativas aparecem outros elementos para legitimar a propositura, tais como: a família, o número de filhos, o marido e o papel que ocupa na cidade. E, também, a rede de relações que a homenageada detém que baliza o prestígio e o *status* ocupado entre os seus pares e se torna elemento de reconhecimento de sua inserção na cidade em diferenciados níveis.

Entre os anos investigados, as normas definem que essas nomeações devem ocorrer um ano após a morte da pessoa, embora os registros anteriores indiquem nomeações no mesmo dia do falecimento do homenageado, como foi o caso da renomeação da principal via da cidade, a avenida da Estação que passou a denominar avenida Rui Barbosa. Isso sinaliza que os parâmetros de indicação memorial, ao longo da trajetória da cidade, variam conforme o interesse das autoridades e da conjuntura política na qual se insere o Estado e o país e a forma como a sociedade brasileira demarca o papel e a significação de seus integrantes, homens ou mulheres, nesse processo.

No caso de Assis, no gráfico 2, a seguir, são sistematizadas as indicações de mulheres para nomear os espaços públicos,<sup>26</sup> entre as décadas de 1950 e 1990, o que acompanha certas características do país referentes ao reconhecimento do papel da mulher em sua trajetória.

No gráfico 2 são expostas essas indicações de acordo com as décadas das nomeações e evidencia que a década de 1990 é a que mais propõe nomes de mulheres para marcar os espaços públicos, seguida das décadas de 1980 e 1960, que sinalizam para essas homenagens. O detalhamento dessas prescrições é possível ser acompanhado a partir da análise dos processos que originam as nomeações, a exemplo da primeira indicada D. Senhorinha de Souza, com

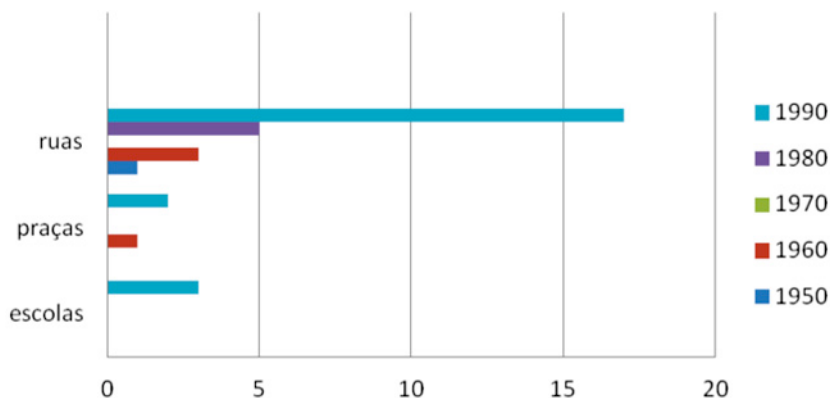
---

<sup>26</sup> Este gráfico não traduz o conjunto das homenagens às mulheres na cidade de Assis. O levantamento mais completo está sendo feito no mapa da cidade e em outras fontes. Por exemplo, as escolas do Estado não passam por esse circuito de nomeação. É o caso de algumas escolas estaduais que têm nomes de mulheres, tais como: E.E Dona Carolina Francini Burali e Colégio Lourdes Pereira, o que não altera significativamente as homenagens feitas.



nome de rua, em 25 de agosto de 1959, que foi realizada pelo vereador Nicanor Luciano Gomes. Na década de 1960, as homenagens são provenientes também do legislativo, por iniciativa dos vereadores Wilmart Nogueira, João Aparecido Motta e Nelson Marcondes e, também, do executivo por ato do prefeito José Santilli Sobrinho e cessa em 1967. Na década de 1970, não há nenhuma indicação de nomes de mulheres para monumentos de qualquer natureza. As homenagens recomeçam em 1981, tendo ao longo do período cinco indicações de ruas. Na década de 1990, essas indicações são significativas. Em 1991, três ruas e duas praças; em 1992, 14 ruas e uma praça; em 1993, nenhuma e, em 1994, uma escola.<sup>27</sup>

Gráfico 2 – Mulheres homenageadas em logradouros públicos (décadas: 1959 – 1990)



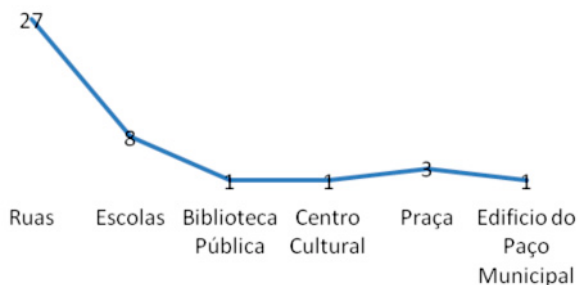
A síntese dessas informações pode ser visualizada nos gráficos 3 e 4, a seguir. No gráfico 3, por exemplo, estão demonstrados os dados constantes dos projetos de lei, votados, de 1959 a 1993, nos quais 27 mulheres são indicadas para nomes de rua,<sup>28</sup> oito delas dão nome a escolas e grupo escolar e três

<sup>27</sup> Na continuidade da pesquisa faz-se necessário que se investigue qual é a formação e o partido desses políticos, prefeitos e vereadores, e suas relações com as homenageadas.

<sup>28</sup> O fato das ruas nomeadas pela câmara municipal contemplarem apenas 27 mulheres, isso não significa que sejam apenas essas as indicadas. Em pesquisa ao mapa da cidade foram localizadas ruas com nomes femininos não constantes da lista anterior, a exemplo de rua Maria, R. de Almeida, rua D. Palmira e rua Leonor.

nomeiam praças da cidade. As demais ocupam lugar de destaque ao designarem a biblioteca municipal, o prédio do paço municipal e um centro cultural.

Gráfico 3 – Nome de mulheres nos espaços públicos de Assis (1959 – 1994)



Aquelas que tiveram maior projeção na cidade ocuparam lugares de destaque nesse movimento memorial ao terem seus nomes em rua com certa visibilidade e tûmulo específico, a exemplo de Ana Barbosa, vereadora e primeira advogada mulher da cidade de Assis; na biblioteca pública da cidade, que passou a denominar Nina Silva, em prédio do antigo museu histórico de Assis, que se tornou Centro Memorial dona Pimpa (Maria Lopes de Campos); em edifício do paço municipal, que recebeu o nome de Judith de Oliveira Garcez, primeira professora da cidade. No quadro 2 estão sistematizadas essas informações.

O padrão das homenagens, embora seja demarcado previamente, nem sempre é seguido e precisa ser examinado caso a caso. Judith de Oliveira Garcez, pouco foi dito a seu respeito, a não ser que foi a “Primeira Mestra de Assis”, formando gerações sucessivas de meninos e meninas da cidade. Contudo, isso não diminui as recorrentes homenagens. Em 1961, ela recebeu o nome da praça fronteira ao hospital; em 1966, é agraciada com a homenagem maior, ao ter o seu nome afixado no edifício do paço MMunicipal, que passou a denominar “Edifício Judith de Oliveira Garcez”; em 1992, recebeu nova homenagem ao dar o nome ao “Núcleo Municipal de Educação Infantil Professora Judith de Oliveira Garcez”, localizado na vila Tênis Clube.

Quadro 2 – Avenida, centro de memória, edifício do paço municipal com nomes de mulheres.

Local	Profissão da homenageada	Indicação	Data da aprovação
Edifício Judith de Oliveira Garcez (edifício do paço municipal)	Mestra	Almiro Binato; Ernesto Waldemar Kroehn	19 abr. 1966
Rua Doutora Ana Barbosa (trecho que dá acesso ao aeroporto)	Advogada e vereadora	Oliveiros Alberto de Castro	11 abr. 1967
Biblioteca Pública Nina Silva (prédio a ser construído)	-	José Santilli Sobrinho	25 out.1988 (*)
Centro Cultural dona Pimpa - Maria Lopes de Campos – localizado no antigo prédio do Museu Histórico de Assis	Mestra	José Santilli Sobrinho	25 out. 1988 (**)

Obs. (\*), (\*\*)- O Projeto de Lei nº 73/88, assinado por José Santilli Sobrinho, atribui ao prédio destinado à instalação da biblioteca pública Nina Silva e do museu histórico de Assis, a denominação de Centro Cultural dona Pimpa. O pátio defronte ao Centro Cultural dona Pimpa fica denominado pátio do Ranchinho e a praça pública localizada na esquina com a rua Regente Feijó fica denominada praça da Mocidade.

Fonte: Processos da câmara municipal de Assis. Acervo do Cedap.

A nomeação do complexo cultural da cidade — biblioteca e museu histórico de Assis —, com o nome de dona Pimpa, é iniciativa do então prefeito da cidade, José Santilli Sobrinho, em outubro de 1988. O prefeito, ao encaminhar à câmara municipal de Assis o projeto de nomeação do **“Centro Cultural Dona Pimpa – Professora Maria Lopes de Campos”**, realça, na justificativa, que se trata de justa homenagem pela sua dedicação e contribuições à cidade, na qualidade de mestra que “por muitas décadas vem se dedicando ao ensino e à cultura artística de nossa cidade”. Acompanha o projeto, o currículo da homenageada no qual destaca sua formação, desde a experiência como aluna da professora Judith Garcez à sua formação no Instituto Musical de São Paulo (1946) e diploma de piano pelo Conservatório de Canto Orfeônico e Dramático de São Paulo, entre outros tantos cursos feitos ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, o que a habilita a integrar a Ordem dos Músicos do Brasil, na qualidade de pianista. Igualmente, traz as suas atividades profissionais em vários colégios da cidade — Profª. interina em 1974 da escola Normal “Anhaia Mello”,

prof<sup>a</sup>, catedrática – Colégio Estadual e escola Normal de Assis – 1956; prof<sup>a</sup>. do curso de canto no primário do Colégio Santa Maria; prof<sup>a</sup>. municipal lotada no extinto ginásio municipal de Assis de 1937 a 1941, entre outros — e, ainda, é a fundadora, diretora e professora do Conservatório Musical Santa Cecília de Assis, entre tantas outras atividades relacionadas à área da música, em âmbito nacional e local. Essas iniciativas sinalizam para sua rede de relações que certamente é mais ampla e vai além da cidade de Assis. Após longa trajetória de trabalho, no campo da música, em várias escolas da cidade, aposenta-se em 1977, na E.E.P.S.G. “Dr Clybas Pinto Ferraz” e, novamente em 1980, pelo Conservatório Musical Santa Cecília de Assis.

O documento final traz apenas o ato legislativo que consagra a homenagem de reconhecimento de suas contribuições aos assisenses que tiveram a oportunidade de iniciação e ampliação de seus conhecimentos no campo da música a partir de seus ensinamentos.

A outra homenageada, com certo destaque, é a doutora Ana Barbosa, primeira advogada inscrita em Assis.

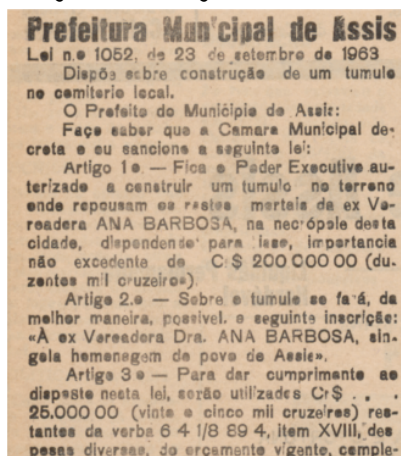
Figura 1 – Ana Barbosa



Fonte: ( A GAZETA DE ASSIS, 19 set. 1959, p 2).

Ana Barbosa também era professora e atuou como vereadora na cidade durante os anos de 1960 até 1963, ano de seu falecimento. Filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumiu o compromisso de defesa dos interesses “dos mais pobres” como diz a legenda de sua candidatura para vereador da cidade de Assis em 1959, perspectiva que orientava esse partido. A vereadora chegou a candidatar-se a deputado estadual em 1962, mas faleceu antes das eleições. Isso não significa dizer que sua origem seja dos estratos de despossuídos, considerando que aqueles que faziam o curso de direito naquela década eram os filhos das elites ou quem já trabalhava, arcando assim com os custos altos da formação de advogado.<sup>29</sup> Sua morte prematura causou abalo aos assisenses que lhes prestaram homenagens e enaltecera as suas intervenções e propósitos em sua atuação para a melhoria da cidade. As primeiras homenagens aparecem em setembro de 1963, por meio da Lei Municipal que “dispõe sobre a construção de um túmulo no cemitério local” em sua homenagem e estabelece os dizeres que devem constar na lápide: “A ex-vereadora Dra Ana Barbosa, singela homenagem do povo de Assis” (A GAZETA DE ASSIS, 24 out. 1963, p. 1) (Fig. 1).

Figura 2. Homenagem a Ana Barbosa



Fonte: (A GAZETA DE ASSIS, 24 out. 1963, p. 1).

<sup>29</sup> Estas informações são da tese de Priscila David (2014).

Novamente, Ana Barbosa é homenageada, em 11 de abril de 1967, ao denominar a rua em direção ao Aeroporto. A indicação partiu do vereador Oliveiros Alberto de Castro, em plena ditadura militar, o que alude que a iniciativa não se articula ao PTB, considerando que o mesmo foi prescrito com o golpe de 1964.<sup>30</sup>

Esmiuçando o perfil das homenagens que se inscrevem nas ruas de Assis, pergunta-se: o que faziam, por exemplo, as demais mulheres que foram contempladas com nomes de ruas na cidade, considerando que essa honraria é a de maior destaque nas homenagens?

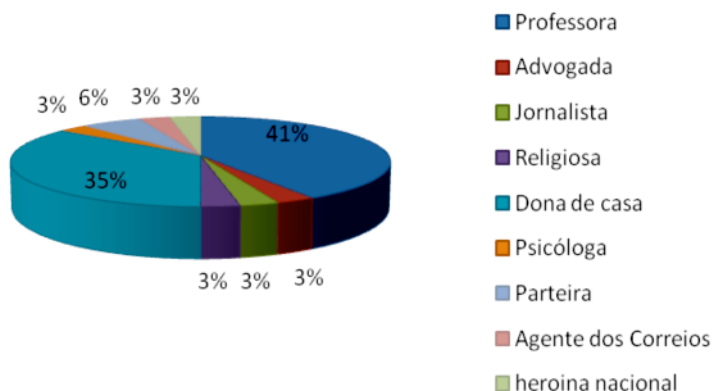
No gráfico 4 está descrito o perfil profissional dessas mulheres que deram nomes às ruas assisenses, tal qual foi apresentado na justificativa dos processos da câmara municipal.



<sup>30</sup> As informações detalhadas sobre o conjunto dos tributos estão sintetizadas no Anexo 1, no final do texto, que trazem o nome da homenageada, o tipo de logradouro, o nome de quem indicou (vereador, prefeito, data do decreto), a profissão de algumas dessas protagonistas e o projeto de lei sobre esse ato de formalização das homenagens, com suas respectivas datas.

Nesses processos, os destaques são para as professoras e as “donas de casa” embora o leque das profissões seja variado.<sup>31</sup> No gráfico 5 está mostrado o detalhamento geral do perfil profissional e social de todas as mulheres que são alçadas a servir de ícones aos cidadãos assisenses, por suas realizações em prol da coletividade decorrente de seu engajamento em causas meritórias, que embora se relacionem com suas profissões, vão além de seus limites.

Gráfico 5 – As profissões das “mulheres-memória”



Os dados indicam que a maioria das homenageadas é professora, seguida de dona de casa. Algumas delas são moradoras da cidade nas primeiras décadas de sua formação, o que evidencia certas características dessas homenagens, como: a “primeira professora”, “as parteiras” (certamente as mais famosas), “agente dos correios”. Enfim, mulheres que tiveram papel importante no processo de constituição da cidade, como é o caso das parteiras que, na ausência de médicos, acionam os seus conhecimentos práticos para ajudar as mulheres assisenses a ter os seus filhos. Além das mulheres mencionadas, aparecem advogadas, jornalistas, psicólogas, religiosas, mulheres de políticos e, também, heroínas nacionais.

<sup>31</sup> O quadro completo que sintetiza essas informações foi colocado no final do texto, seguindo a data do projeto de indicação legislativa, o vereador responsável pela proposta e data.

Algumas delas, mesmo não tendo nascido na região, são consideradas “pioneiras”, a exemplo de dona Hylda Garcia.<sup>32</sup> No outro extremo aparece a homenageada dona Tina, que tem nessa “rede de relações” a fundamentação principal para sua homenagem, embora alguns traços de personalidade e atuação na cidade também apareçam na justificativa apresentada pelo prefeito José Santilli Sobrinho.

A agente dos serviços dos correios, por exemplo, dona Hylda Castilho de Avellar Garcia, era natural do Rio de Janeiro. Na descrição para justificar sua indicação, há menção do local de nascimento, os seus deslocamentos iniciais, o casamento. Sua instalação em Assis em 1913, quando a ferrovia ainda não chegara ao povoado. No ano seguinte foi nomeada Agente do Serviço dos Correios e foi aposentada em 1942. Teve 12 filhos e, no momento da homenagem (1963), cinco deles estavam vivos. Também tem informações sobre o seu marido realçando o fato do mesmo ter sido secretário e tesoureiro municipal. Nesse sentido, não basta o seu histórico de “relevantes serviços” à cidade, ao agregar-se ao seu perfil os predicados do marido.

Há outro grupo de homenagem que se volta às professoras que passam a nomear escolas de educação infantil, creches (como indicam os quadros 3 e 4), que expressam esse reconhecimento diretamente relacionado ao seu papel de educadoras. É exemplar nesse sentido as homenagens, em 1960, às educadoras Cleophânia Galvão de Camargo e Cândida Corrêa Borges, professoras primárias do primeiro grupo escolar de Assis, conhecidas por “missionárias do ensino” pelo vereador Wilmar Nogueira, que indicou os seus nomes para ruas da cidade de Assis. Essas professoras lecionaram na cidade, de 1925 a 1940, período considerado difícil pelo proponente, ao mencionar que

---

<sup>32</sup> As proposições para as homenagens, como já assinalado anteriormente, cercam-se, nas justificativas, de elementos diversos para legitimar-se, que vão desde a família (o número de filhos, o marido) ao papel que ocupam na cidade e suas redes de relações, cujos atos resultam em efetiva “contribuição ao progresso da cidade”.



“grande número de pais nesses tempos precisavam ser persuadidos, a fim de que permitissem a matrícula de seus filhos nos grupos escolares [...]. Da persuasão incumbiam-se os mestre-escola dos quais as abnegadas homenageadas se faziam símbolos...”. O quadro seguinte exemplifica as outras homenageadas, na década de 1990, cujos nomes nomeiam escolas municipais da cidade.

Quadro 3 - Escolas que homenageiam mulheres – 1992/1994.

Escola	Profissão da homenageada	Indicação	Data da Aprovação
Escola – EMEI “Professora Angélica Amorim Pereira-D. Yayá” à Escola Municipal de Educação Infantil da vila Cláudia	Professora	Romeu José Bolfarini	10 mar. 1992
Escola Municipal de Educação Infantil Profª. Nísia Mercadante do Canto Andrade (Projeto de Lei nº 266/92 que atribui à Escola Municipal de Educação Infantil, localizada na vila Maria Isabel, nova denominação)	Professora	Romeu José Bolfarini	08 dez. 1992
“Professora Judith de Oliveira Garcez” (nome dado ao Núcleo Municipal de Educação Infantil da vila Tênis Clube)	Mestra	José Santilli Sobrinho	26 jul. 1994

Fonte: Processos da câmara municipal de Assis. Acervo do Cedap.

A justificativa para as homenagens é a “contribuição ao Progresso da cidade”, em alguns casos explicitados nos processos de indicação. A professora Angélica Amorim Pereira, conhecida por dona Yayá, mãe de sete filhos, lecionou no grupo escolar Dr. João Mendes Junior de 1938 a 1950 e no grupo escolar Dr. Lucas Thomaz Menk de 1951 a 1953, “quando prestou concurso para Diretor de Escola tendo sido aprovada com distinção”. Também é mencionada a sua formação musical. Tocava violino e bandolim e por isso foi destacado que ela “animou muitas festas das escolas onde trabalhou”.

No ofício encaminhado pelo prefeito Romeu José Bolfarini ao presidente da câmara municipal de Assis, à época o vereador Nilton Sebastião

Fernandes Duarte, além dessas informações pessoais e profissionais, há outra indicando que dona Yayá “manteve um Externato, onde preparava os alunos para o exame de admissão ao Ginásio”.

Nessa documentação, são mencionadas outras escolas já nomeadas com nome de mulheres, que aparecem nos processos solicitando verbas para reformas, criação de grupo escolar e creche, conforme é mostrado no quadro 4.

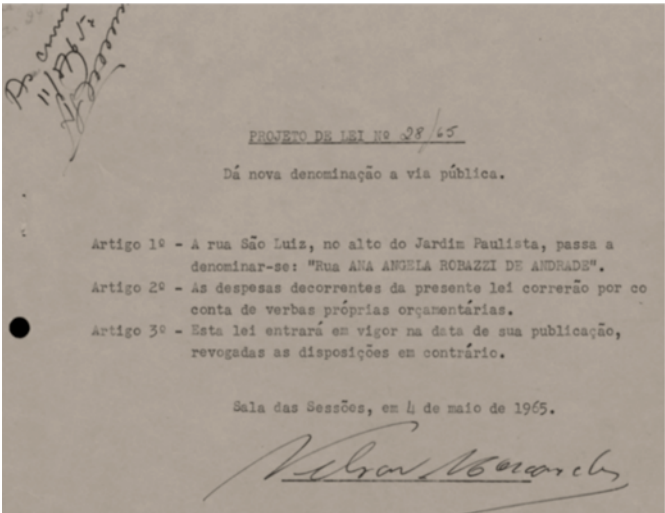
Quadro 4 – Escolas com nomes de mulheres.

<b>Nome da Escola, Creche, Grupo Escolar</b>	<b>Projeto de Lei</b>
Escola EEPG Maria Clélia de OliveiraValim	Projeto de Lei nº 35/81 que autoriza a prefeitura municipal a celebrar convênio com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp) para a reforma
Escola EEPG Maria Magdalena de Oliveira, localizada no Distrito de Tarumã	Projeto de Lei nº 22/81 que autoriza a prefeitura municipal a celebrar convênio com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp), para a construção de Biblioteca (no Distrito de Tarumã);
"Creche D. Eloá Quadros" (mulher de Jânio Quadros, prefeito, governador e Presidente da República)	Projeto de Lei nº 90/61 que cede o imóvel onde funciona a "Creche D. Eloá Quadros" ao Círculo Operário de Assis, em regime de comodato;
Grupo Escolar Marialves;	Projeto de Lei nº 10/59 que abre crédito especial destinado às obras de conclusão (do referido grupo)
Grupo Escolar Irmã Jardim	Projeto de Lei nº 72/59 que autoriza a prefeitura municipal a pagar o aluguel do prédio onde funciona o Grupo Escolar Irmã Jardim;
Escola Profª. Lourdes Pereira,	Projeto de Lei nº 13/86 que abre crédito adicional para o pagamento de despesas com a construção da escola Profª. Lourdes Pereira, na vila Adileta;

Fonte: Processos da Câmara Municipal de Assis. Acervo do Cedap.

Mas, os nomes dessas protagonistas que integram o panteão de “mulheres-memória” da cidade são apresentados mediante justificativas para as designações que ensejaram o reconhecimento, como ocorre com algumas delas que realçam as singularidades da homenageada e os serviços prestados à cidade. Isso, apesar da maioria dos textos serem bastante lacônicos, apontando o nome da homenageada, como assinalado abaixo, sem esclarecer os motivos da homenagem.

Figura 3 – Projeto de Lei



Fonte: Processos da câmara municipal de Assis. Acervo do Cedap.

Além dos espaços públicos tradicionais, as mulheres são indicadas para dar nome a praças públicas da cidade. Nessa documentação, apenas três indicações são mencionadas, conforme se verifica no quadro 5. Entre as homenageadas, destaca-se o nome de Judith Garcez (1961), que é anterior à indicação de seu nome ao edifício do paço municipal que data de 1966.

Quadro 5 - Praças com nome de mulheres.

Praça	Profissão da homenageada	Indicação	Data de aprovação
Praça Drª Judith de Oliveira Garcez.	1ª Mestra de Assis - 1917	Ary Ferreira da Costa	17 out. 1961
Praça Tereza Mathias dos Santos (Projeto de Lei nº 95/91 que atribui à praça pública localizada entre rua Francisco Bueno e rua Boava na Vila Cambuê)	-	João Batista Paraíba Serezani	17 set. 1991
Praça Maria Dulce Fernandes Duarte (Projeto de Lei nº 119/91 que atribui à praça pública, localizada entre as ruas Nicolau Martins Ferreira, José Nogueira Marmontel e João José Perine no Jardim Aeroporto).	Jornalista (Voz da Terra)	Antonio Carlos Bermejo	12 nov. 1991

Fonte: Processos da câmara municipal de Assis. Acervo do Cedap.

Sabe-se, entretanto, por intermédio de memorialistas, que além de mulheres assisenses que se projetaram na cidade, também aparece o nome de Leonor de Barros (esposa do ex-governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros), nomeando a praça em frente ao atual Colégio Ipê (antes conhecida como praça do Hospital Sorocabano). Porém, não há indicação de placa com o nome citado.

Figura 4 – Praça Leonor Mendes de Barros – Assis/SP – 1950



Fonte: Acervo Pessoal de Zélia Lopes da Silva.

As justificativas não esclarecem as motivações de registro do logradouro em homenagem a tal protagonista. Mesmo considerando que as praças sejam em número reduzido na cidade e, por isso mesmo, lugar privilegiado pelo destaque que pode aferir ao homenageado, por tratar-se de espaços que terão múltiplas finalidades. Contudo, a homenagem tem pouca eficácia, considerando que a análise do mapa da cidade revela que nem em todas essas praças consta o nome dessas protagonistas. A referida praça, localizada na confluência das vilas Santa Cecília e vila Boa Vista, aparece indicada no mapa, como “Praça da Bíblia” e não Leonor Mendes de Barros. Já a praça Tereza Mathias dos Santos, sita no bairro Cambuí, consta do mapa da

cidade, o que não se verifica com a praça Maria Dulce Fernandes Duarte (do bairro jardim Aeroporto) cuja localização está ausente no mesmo mapa. Tais questões geram as seguintes indagações: por que isso ocorre? É apenas mero desleixo administrativo da municipalidade?

### **Considerações finais**

A conclusão que se pode chegar é que as homenagens são bastante seletivas e estão diretamente relacionadas àquelas mulheres que tiveram significativa projeção na cidade ou integravam a rede de relações de algum edil da Câmara Municipal. Entretanto, essa afirmação não tira o mérito das homenagens, considerando que essas mulheres-memória desempenharam papéis relevantes na cidade a ponto de garantirem que seus nomes fossem alçados para celebrar os seus feitos excepcionais e servirem de referências para outras mulheres e cidadãos assisenses.

Além dos aspectos apontados, cabe ainda assinalar facetas que envolvem o espectro profissional e social das homenageadas, considerando que as mulheres comuns ganham certa relevância nas homenagens, como as “donas de casa”, o que requer que se busquem as articulações que se estabelecem entre os detentores de poder e as mulheres que foram contempladas com a honraria.<sup>33</sup> E, também, compreender a inter-relação dessa dimensão às “relações de gênero” que mesmo estando submetidas às linhagens teóricas amplas, isto porque a magnitude empírica é difusa do universo pesquisado.

As evidências sinalizam que a percepção das diferenças entre os sexos não se explicita nessa documentação. O exercício profissional da maioria dessas protagonistas aponta para a ruptura de caminhos traçados às mulheres

---

<sup>33</sup> Essas pesquisas não serão feitas para esse texto, uma vez que elas demandam o rastreamento de informações em diversas fontes dispersas e fragmentárias, de resultado bastante incerto.

vinculados à esfera privada, pois as “donas de casa” integram um pequeno grupo. Além disso, algumas dessas mulheres são homenageadas por sua contribuição profissional à sociedade local, seja por sua inserção política como vereadora, seja por ser professora, parteira, jornalista, psicóloga etc., tal qual justificado nos processos da CMA, que reconhecem suas contribuições à coletividade em busca de soluções aos problemas da cidade e de seus habitantes.

Enfim, o que se pode concluir é que esses ícones de memória são irrisórios, se feita a comparação do censo populacional da cidade com o número de mulheres que batiza os seus espaços públicos.

### Agradecimentos

Rodrigo Fukuhara, historiógrafo do Cedap, foi excepcional na ajuda para localizar as fontes e na digitalização do material requisitado. Danilo Alves Bezerra colaborou na coleta de dados biográficos de: Monteiro Lobato, Antonio Gonçalves Dias, Benjamin Constant e Floriano Peixoto.

### Referências

A GAZETA DE ASSIS, 19 set. 1959, p 2.

A GAZETA DE ASSIS, 24 out. 1963, p.1.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1967.

CAMARA MUNICIPAL DE ASSIS. CMA. *Processos da Câmara Municipal de Assis*, 1959-1993. Arquivo Cedap.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Edunesp, 1999.

DAVID, Priscila. *As jovens das classes populares sob a mira dos crimes de estupro, sedução e rapto na cidade de Assis (1950-1979)*. Assis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – FCL, Unesp, 2009.

DAVID, Priscila. *Memória e História da Advocacia Assisense (1960-1989)*. Assis, 2014. Tese (Doutorado em História) – FCL, Unesp, 2014.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.469-512.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. p. 71-99, 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina-Pr (1981-2008)*. Assis, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – FCL, Unesp, 2013.

SILVA, Leoni Ferreira. *Minha Terra*: Assis. Assis, s/ed., 1978.

SOIET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27. n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUTO, Cintia Vieira. *Anita Garibaldi: heroína, mas virtuosa*. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cintia\\_Souto\\_42.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Cintia_Souto_42.pdf). Acessado: 20 maio. 2014.

TANNO, Janete Leiko. *Dimensões da Sociabilidade e da Cultura: Espaços Urbanos, Formas de Convívio e Lazer na Cidade de Assis. 1920-1945*. Assis, 2003. Tese (Doutorado em História) – FCL, Unesp, 2003.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

## Anexo

### Anexo 1 – Ruas com nomes de mulheres – 1959-1993.

Nome	Profissão	Indicação	data
Rua D. Senhorinha de Souza (Projeto de Lei nº 74/59 que dá nova denominação a Rua Tupinambá, passando a denominar-se Rua D. Senhorinha de Souza)	n/c (dona de casa)	Nicanor Luciano Gomes	25 ago. 1959
Rua Cleophânia Galvão de Camargo (Dona Dudu) - (antiga Rua Fortuna) ou	Educadora	Wilmart Nogueira	22 mar. 1960
Rua Cândida Corrêa Borges (Dona Candinha) (Antiga Travessa da Saudade)	Educadora	Wilmart Nogueira	22 mar. 1960
Rua Dª Hylda Castilho de Avellar Garcia (trecho da Rua Benjamin Constant)	Agente do Serviço do Correio -1914-1942	João Aparecido Motta	05 nov. 1963
Rua Ana Angela Robazzi de Andrade (antiga São Luiz)- Jd Paulista	n/c (dona de casa)	Nelson Marcondes	11 mai. 1965
Rua Ivone Funari (Antiga rua 30 do Jardim Europa)		Roldão Valverde	06 out. 1981
Rua Profª Neise Rodrigues Carrijo Nogueira (antiga Rua I, da Vila Jardim Aeroporto)	Professora de música	José Norton de Andrade	16 ago. 1983
Rua Albertina Mercadante (D. Tina Mercadante) (antiga Rua E, com início na Rua Manuel Lopes Campos e término na Rua Profª Neise Carrijo Nogueira)	n/c (diretora da Radio Difusora de Assis)	Milton Rocha	30 jun. 1987
Rua Conceição Chicolli (antiga Rua 3, localizada no Bairro San Fernando Valley)	n/c (dona de casa)	João Batista Paraíba Serezani	12 abr. 1988
Rua Suzana Hofacker dos Santos (antiga Rua 7, localizada no Jardim Canadá)	Parteira (chegou em Assis em 1924)	João Batista Paraíba Serezani	20 ago. 1991
Rua Drª Marlene Bondi.( Projeto de Lei nº 138/91 que dá nova denominação à Rua Venezuela, localizada no Jardim América)	Psicóloga da APAE	Nilton Sebastião Fernandes Duarte	10 dez. 1991
Rua Luciana Leandro Coelho Bondi (Projeto de Lei nº 140/91 que dá nova denominação à Rua Uruguai, localizada no Jardim América)	Parteira e professora de Artes Plásticas	Nilton Sebastião Fernandes Duarte	10 dez. 1991
Rua Isabel Peres Noronha (Projeto de Lei nº 64/92 que atribui à Rua D, localizada no Jardim Taquaral nova denominação)	n/c (Dona de casa)	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	14 abr. 1992



<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Indicação</b>	<b>data</b>
Rua Isaura Nascimento Rodrigues (Projeto de Lei nº 76/92 que atribui à Rua E, localizada na Vila Marialves, nova denominação)	n/c (Dona de casa) fundadora da Assoc. Moradores de Vila Prudenciana	Romeu José Bolfarini	28 abr. 1992
Rua Sebastiana Coimbra S. Bertolucci. (Projeto de Lei nº 98/92 que atribui à Rua A, localizada no Jardim Taguaral novo nome)	Professora leiga nomeada em 1923 professora de Fazenda da região de Assis)	Antonio Carlos Bermejo	09 jun. 1992
Rua Silvina Costa Miguel (Projeto de Lei nº 97/92 que atribui à Rua B, localizada no Jardim Eldorado, nova denominação)	n/c (dona de casa)	Antonio Carlos Bermejo	09 jun. 1992
Rua Alice Franco Pereira Rosa (Projeto de Lei nº 127/92 que atribui à Rua 12, localizada no Conjunto Habitacional Fiesp/ Ciesp, nova denominação)	n/c(dona de casa)	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	09 jun. 1992
Rua Maria Patriarca. (Projeto de Lei nº 145/92 que atribui à Rua 19, localizada no Núcleo Habitacional Fiesp/Ciesp, nova denominação)		Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Myrthes Spera Conceição (Projeto de Lei nº 113/92 que atribui à Rua 4, localizada no Conjunto Habitacional Fiesp/Ciesp, nova denominação)	n/c (dona de casa). Virtudes morais, sensibilidade religiosa	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Helena Doretto Spera (Projeto de Lei nº 114/92 que atribui a Rua 5, localizada no Conjunto Habitacional Fiesp/Ciesp, nova denominação )	n/c (dona de casa)- justificativa – “virtudes morais, sensibilidade religiosa”	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Judith Silva Carvalho (Projeto de Lei nº 117/92 que atribui à Rua F, localizada no Jardim Eldorado, nova denominação)	n/c (dona de casa)	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Profª Maria Helena Gonso Lima (Projeto de Lei nº 160/92 que atribui à Rua 17, localizada no Parque das Flores, nova denominação)	Professora	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Joana Hernandez Carricondo (Projeto de Lei nº 116/92 que atribui à Rua 2, localizada no Conjunto Habitacional Fiesp/Ciesp, nova denominação)	n/c (dona de casa)	Luiz Antonio Ramalho Zanoti	16 jun. 1992
Rua Irmã Maria José Trevisan (Projeto de Lei nº 74/93 que atribui à rua sem denominação localizada entre a Rua Bom Retiro e Rua Circular, na Vila Progresso)	Religiosa	Hermon Bergamasso Canton	17 ago. 1993

Fonte: Processos da Câmara Municipal de Assis. Acervo do Cedap.

